

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	33

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	88.637
Preferenciais	0
Total	88.637
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2013	Ordinária		0,08995
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2013	Ordinária		0,02777
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Ordinária		0,23007
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2013	Juros sobre Capital Próprio	30/07/2013	Ordinária		0,02287
Reunião do Conselho de Administração	30/07/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/07/2013	Ordinária		0,10000
Reunião do Conselho de Administração	29/07/2013	Dividendo	31/07/2013	Ordinária		0,15034

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	657.571	568.669
1.01	Ativo Circulante	460.412	422.829
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.886	6.771
1.01.02	Aplicações Financeiras	168.467	167.288
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	168.467	167.288
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	168.467	167.288
1.01.03	Contas a Receber	217.208	199.389
1.01.03.01	Clientes	217.208	199.389
1.01.04	Estoques	43.175	33.723
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.228	9.252
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.228	9.252
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.448	6.406
1.01.08.03	Outros	11.448	6.406
1.02	Ativo Não Circulante	197.159	145.840
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.727	22.411
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.381	5.997
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.381	5.997
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	16.871	10.937
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	16.871	10.937
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.475	5.477
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	377
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	4.523	4.523
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.952	577
1.02.02	Investimentos	125.267	93.006
1.02.02.01	Participações Societárias	125.267	93.006
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	125.267	93.006
1.02.03	Imobilizado	21.035	20.729
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.035	20.729
1.02.04	Intangível	21.130	9.694
1.02.04.01	Intangíveis	21.130	9.694
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	2.650	2.629
1.02.04.01.03	Direitos de uso de Lojas	1.078	125
1.02.04.01.04	Direitos de uso de Sistemas	17.402	6.940

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	657.571	568.669
2.01	Passivo Circulante	134.767	83.949
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.099	11.247
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.573	1.645
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.526	9.602
2.01.02	Fornecedores	63.356	25.691
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	63.283	25.454
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	73	237
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.678	4.586
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.591	4.211
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.512	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	4.079	4.211
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	78	363
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9	12
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.765	31.313
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.765	31.313
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.356	4.256
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	36.409	27.057
2.01.05	Outras Obrigações	2.869	11.112
2.01.05.02	Outros	2.869	11.112
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	8.945
2.01.05.02.04	Outras	2.868	2.167
2.02	Passivo Não Circulante	32.085	30.821
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.947	23.222
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	23.947	23.222
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	23.947	23.222
2.02.02	Outras Obrigações	1.254	0
2.02.02.02	Outros	1.254	0
2.02.04	Provisões	6.884	7.599
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.007	2.397
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.726	1.336
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.095	1.061
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	1.186	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.877	5.202
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	2.877	5.202
2.03	Patrimônio Líquido	490.719	453.899
2.03.01	Capital Social Realizado	157.186	106.857
2.03.02	Reservas de Capital	126.781	173.498
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	21.470	21.470
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.202	775
2.03.02.07	Emissão de Ações	102.109	151.253
2.03.04	Reservas de Lucros	153.162	173.544
2.03.04.01	Reserva Legal	13.027	13.027
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	137.452	137.452
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.683	2.683
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	20.382

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.590	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	241.852	631.736	223.338	540.320
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-152.156	-399.800	-142.730	-342.074
3.03	Resultado Bruto	89.696	231.936	80.608	198.246
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48.133	-128.627	-41.817	-117.127
3.04.01	Despesas com Vendas	-27.503	-69.489	-26.983	-66.409
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.269	-52.707	-15.322	-41.742
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.197	158	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-262	0	0	-7.572
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.099	-7.628	330	-1.404
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.563	103.309	38.791	81.119
3.06	Resultado Financeiro	3.074	9.007	3.367	8.891
3.06.01	Receitas Financeiras	4.470	16.251	4.817	15.277
3.06.01.01	Receita Financeira	4.596	13.572	4.784	14.201
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativas	-126	2.679	33	1.076
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.396	-7.244	-1.450	-6.386
3.06.02.01	Despesa Financeira	-1.482	-4.165	-1.636	-5.216
3.06.02.02	Variações Cambiais Passivas	86	-3.079	186	-1.170
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	44.637	112.316	42.158	90.010
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.250	-34.506	-13.572	-24.809
3.08.01	Corrente	-16.206	-34.890	-14.310	-24.378
3.08.02	Diferido	956	384	738	-431
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.387	77.810	28.586	65.201
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	29.387	77.810	28.586	65.201
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33166	0,87816	0,32282	0,73630
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,32872	0,87039	0,32226	0,73502

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	29.387	77.810	28.586	65.201
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.387	77.810	28.586	65.201

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.945	66.452
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	121.773	86.422
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	112.316	90.010
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.730	2.543
6.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Permanentes	2.730	564
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.628	1.404
6.01.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.610	-353
6.01.01.06	Juros e Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	527	487
6.01.01.07	Rendimento de Aplicação Financeira	-8.861	-9.531
6.01.01.08	Outros	-432	2
6.01.01.09	Complemento de provisão para perdas no estoque	99	870
6.01.01.10	Plano de opções de ações	2.426	426
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30.953	692
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-48.389	-21.272
6.01.02.02	Estoques	-9.551	-20.151
6.01.02.03	Variação de Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-6.416	1.739
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-2.599	6.952
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	0	-591
6.01.02.07	Fornecedores	37.665	31.306
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	2.924	3.031
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	-6.542	-657
6.01.02.10	Outras Obrigações	1.955	335
6.01.03	Outros	-22.875	-20.662
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-22.875	-20.662
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.732	-33.997
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-18.202	-15.728
6.02.02	Aplicações Financeiras	-241.638	-243.862
6.02.03	Resgate de Aplicações Financeiras	249.320	244.187
6.02.04	Integralização de Capital em Controladas	-11.212	-18.594
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-45.098	-34.319
6.03.01	Captação de Empréstimos	29.695	34.424
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-18.045	-21.606
6.03.03	Créditos (Débitos) com Partes Relacionadas, Exceto Sócios	-5.934	-15.442
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio	-18.291	-11.322
6.03.05	Distribuição de Lucros	-33.709	-21.313
6.03.07	Aumento de Capital - Emissão de Ações	1.186	940
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.115	-1.864
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.771	6.265
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.886	4.401

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.329	-46.717	-20.382	-24.220	0	-40.990
5.04.01	Aumentos de Capital	49.143	-49.143	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.426	0	0	0	2.426
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.892	0	-10.892
5.04.09	Emissão de Ações	1.186	0	0	0	0	1.186
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	-20.382	-13.328	0	-33.710
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	77.810	0	77.810
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	77.810	0	77.810
5.07	Saldos Finais	157.186	126.781	153.162	53.590	0	490.719

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	65.940	-64.574	0	-18.308	0	-16.942
5.04.01	Aumentos de Capital	65.000	-65.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	426	0	0	0	426
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.322	0	-11.322
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-6.986	0	-6.986
5.04.09	Emissão de Ações	940	0	0	0	0	940
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.201	0	65.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.201	0	65.201
5.07	Saldos Finais	106.857	173.149	105.407	46.893	0	432.306

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	755.642	658.503
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	755.210	658.505
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	432	-2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-568.432	-491.173
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-507.682	-434.379
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.363	-55.586
7.02.04	Outros	-2.387	-1.208
7.03	Valor Adicionado Bruto	187.210	167.330
7.04	Retenções	-3.730	-2.543
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.730	-2.543
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	183.480	164.787
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.820	6.301
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.628	-1.404
7.06.02	Receitas Financeiras	16.251	15.277
7.06.03	Outros	1.197	-7.572
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	193.300	171.088
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	193.300	171.088
7.08.01	Pessoal	45.681	38.014
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.808	28.729
7.08.01.02	Benefícios	2.952	2.291
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.964	2.445
7.08.01.04	Outros	5.957	4.549
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados no Lucro	3.396	3.794
7.08.01.04.02	Outros	134	329
7.08.01.04.03	Plano de opções de ações	2.427	426
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.624	58.786
7.08.02.01	Federais	67.016	52.263
7.08.02.02	Estaduais	-7.544	6.251
7.08.02.03	Municipais	152	272
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.185	9.087
7.08.03.01	Juros	1.910	1.439
7.08.03.02	Aluguéis	2.941	2.701
7.08.03.03	Outras	5.334	4.947
7.08.03.03.01	Despesa Financeira	5.334	4.947
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	77.810	65.201
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.892	11.322
7.08.04.02	Dividendos	13.328	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.590	53.879

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	719.252	636.591
1.01	Ativo Circulante	574.288	513.562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.748	11.518
1.01.02	Aplicações Financeiras	189.032	190.636
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	189.032	190.636
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	189.032	190.636
1.01.03	Contas a Receber	241.476	208.756
1.01.03.01	Clientes	241.476	208.756
1.01.04	Estoques	99.819	76.133
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.469	14.280
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.469	14.280
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.744	12.239
1.01.08.03	Outros	15.744	12.239
1.02	Ativo Não Circulante	144.964	123.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.029	14.117
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	22	20
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	22	20
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.600	6.264
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.600	6.264
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.407	7.833
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	377
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	6.455	6.879
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.952	577
1.02.03	Imobilizado	67.683	61.090
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	67.683	61.090
1.02.04	Intangível	61.252	47.822
1.02.04.01	Intangíveis	61.252	47.822
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	2.772	2.749
1.02.04.01.03	Direitos de uso de Lojas	40.668	37.715
1.02.04.01.04	Direitos de uso de Sistemas	17.812	7.358

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	719.252	636.591
2.01	Passivo Circulante	179.422	127.418
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.481	19.726
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.656	4.318
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.825	15.408
2.01.02	Fornecedores	66.115	35.507
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	66.042	33.984
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	73	1.523
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.654	15.110
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.453	9.336
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.998	2.430
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	5.455	6.906
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.187	5.729
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	14	45
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	66.930	42.843
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.930	42.843
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.298	5.512
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	47.632	37.331
2.01.05	Outras Obrigações	7.242	14.232
2.01.05.02	Outros	7.242	14.232
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	8.945
2.01.05.02.04	Outras	7.241	5.287
2.02	Passivo Não Circulante	49.111	55.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	42.112	51.241
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	42.112	51.241
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	42.112	51.241
2.02.02	Outras Obrigações	2.055	995
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	801	973
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	801	973
2.02.02.02	Outros	1.254	22
2.02.04	Provisões	4.944	3.038
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.944	3.038
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.278	1.950
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.117	1.088
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	1.549	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	490.719	453.899
2.03.01	Capital Social Realizado	157.186	106.857
2.03.02	Reservas de Capital	126.781	173.498
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	21.470	21.470
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.202	775
2.03.02.07	Emissão de Ações	102.109	151.253
2.03.04	Reservas de Lucros	153.162	173.544
2.03.04.01	Reserva Legal	13.027	13.027
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	137.452	137.452
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.683	2.683
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	20.382

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.590	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	266.671	705.349	246.655	607.484
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-150.592	-393.779	-139.606	-343.327
3.03	Resultado Bruto	116.079	311.570	107.049	264.157
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.130	-203.477	-66.436	-177.408
3.04.01	Despesas com Vendas	-53.203	-148.211	-49.714	-126.532
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.290	-55.917	-16.263	-43.571
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	651	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-637	0	-459	-7.305
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.949	108.093	40.613	86.749
3.06	Resultado Financeiro	1.681	4.387	1.676	4.871
3.06.01	Receitas Financeiras	4.737	17.067	4.557	15.231
3.06.01.01	Receita Financeira	5.075	14.890	4.524	14.132
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativas	-338	2.177	33	1.099
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.056	-12.680	-2.881	-10.360
3.06.02.01	Despesa Financeira	-3.156	-9.612	-3.052	-8.916
3.06.02.02	Variações Cambiais Passivas	100	-3.068	171	-1.444
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	45.630	112.480	42.289	91.620
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.243	-34.670	-13.703	-26.419
3.08.01	Corrente	-16.945	-36.006	-14.390	-25.799
3.08.02	Diferido	702	1.336	687	-620
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.387	77.810	28.586	65.201
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	29.387	77.810	28.586	65.201
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.387	77.810	28.586	65.201
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,33166	0,87816	0,32282	0,73630
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,32872	0,87039	0,32226	0,73502

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	29.387	77.810	28.586	65.201
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	29.387	77.810	28.586	65.201
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.387	77.810	28.586	65.201

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.646	56.401
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	120.311	90.150
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	112.480	91.620
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	7.777	5.209
6.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Permanentes	2.856	1.898
6.01.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.906	-953
6.01.01.06	Juros e Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	3.227	504
6.01.01.07	Rendimento de Aplicação Financeira	-9.893	-9.531
6.01.01.08	Outros	-567	107
6.01.01.09	Complemento de provisão para perdas no estoque	99	870
6.01.01.10	Plano de opções de ações	2.426	426
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.160	-11.931
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-32.153	-21.771
6.01.02.02	Estoques	-23.785	-26.028
6.01.02.03	Variação de Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-4.880	-1.039
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-2.812	6.217
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	424	-1.029
6.01.02.07	Fornecedores	30.608	27.879
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	3.417	5.925
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	-13.165	-3.802
6.01.02.10	Outras Obrigações	3.186	1.717
6.01.03	Outros	-23.505	-21.818
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-23.505	-21.818
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.161	-47.972
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-30.656	-48.278
6.02.02	Aplicações Financeiras	-248.742	-243.862
6.02.03	Resgate de Aplicações Financeiras	260.237	244.168
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.255	-15.584
6.03.01	Captação de Empréstimos	29.910	37.672
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-18.179	-21.636
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio	-18.291	-11.322
6.03.05	Distribuição de Lucros	-33.709	-21.313
6.03.06	Créditos (Débitos) com Sócios	-172	75
6.03.07	Aumento de Capital - Emissão de Ações	1.186	940
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-770	-7.155
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.518	15.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.748	8.373

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899	0	453.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899	0	453.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.329	-46.717	-20.382	-24.220	0	-40.990	0	-40.990
5.04.01	Aumentos de Capital	49.143	-49.143	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.426	0	0	0	2.426	0	2.426
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.892	0	-10.892	0	-10.892
5.04.09	Emissão de Ações	1.186	0	0	0	0	1.186	0	1.186
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	-20.382	-13.328	0	-33.710	0	-33.710
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	77.810	0	77.810	0	77.810
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	77.810	0	77.810	0	77.810
5.07	Saldos Finais	157.186	126.781	153.162	53.590	0	490.719	0	490.719

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047	0	384.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047	0	384.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	65.940	-64.574	0	-18.308	0	-16.942	0	-16.942
5.04.01	Aumentos de Capital	65.000	-65.000	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	426	0	0	0	426	0	426
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.322	0	-11.322	0	-11.322
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-6.986	0	-6.986	0	-6.986
5.04.09	Emissão de Ações	940	0	0	0	0	940	0	940
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.201	0	65.201	0	65.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.201	0	65.201	0	65.201
5.07	Saldos Finais	106.857	173.149	105.407	46.893	0	432.306	0	432.306

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	864.594	753.870
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	864.027	753.962
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	567	-92
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-569.194	-489.474
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-461.408	-391.933
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-103.382	-92.139
7.02.04	Outros	-4.404	-5.402
7.03	Valor Adicionado Bruto	295.400	264.396
7.04	Retenções	-7.777	-5.209
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.777	-5.209
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	287.623	259.187
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.718	7.926
7.06.02	Receitas Financeiras	17.067	15.231
7.06.03	Outros	651	-7.305
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	305.341	267.113
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	305.341	267.113
7.08.01	Pessoal	80.989	70.696
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.973	53.223
7.08.01.02	Benefícios	7.483	6.848
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.413	4.604
7.08.01.04	Outros	8.120	6.021
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados no Lucro	3.396	3.969
7.08.01.04.02	Outros	2.297	1.626
7.08.01.04.03	Plano de opções de ações	2.427	426
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	109.263	103.609
7.08.02.01	Federais	85.004	70.664
7.08.02.02	Estaduais	23.565	32.305
7.08.02.03	Municipais	694	640
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.279	27.607
7.08.03.01	Juros	3.588	1.480
7.08.03.02	Aluguéis	24.599	17.247
7.08.03.03	Outras	9.092	8.880
7.08.03.03.01	Despesa Financeira	9.092	8.880
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	77.810	65.201
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.892	11.322
7.08.04.02	Dividendos	13.328	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	53.590	53.879

2. Visão geral da Companhia

**AREZZO
&CO**

Sobre a Arezzo&Co

Arezzo&Co é líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil. Acumulando 41 anos de história, comercializa atualmente mais de 9 milhões de pares de calçados por ano, além de bolsas e acessórios. Possui quatro importantes marcas - Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman.

Sua linhas de produtos destacam-se pela constante inovação, design, conforto e excelente relação custo-benefício.

A estratégia multicanal permite ao grupo ter grande capilaridade em sua distribuição por meio de Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Web Commerce, estando presente em todos os estados do país. Internacionalmente, os produtos das marcas são comercializados também em Franquias, Lojas Próprias, Multimarcas e Lojas de Departamento. A Companhia encerrou 3T13, presente em 373 franquias, 56 lojas próprias e presente em 2.452 lojas multimarcas.

AREZZO

Fundada em 1972 pelos irmãos Anderson e Jefferson Birman, a marca, além de ocupar a primeira citação de lembrança (top of mind) dos consumidores no setor de calçados femininos brasileiro, é uma das marcas preferidas neste segmento e mais consumidas no Brasil. A marca possui um posicionamento trendy, reunindo conceito, alta qualidade, design contemporâneo e satisfação do consumidor. É referência no lançamento de tendências no Brasil e está sempre presente nos editoriais das mais prestigiadas revistas, jornais e sites do país, como referência fast fashion em calçados, bolsas e acessórios femininos.

SCHUTZ

A marca Schutz investe significativamente em pesquisas de tendências, desenvolvimento de material e tecnologia para a criação do seu portfólio. Sua missão é oferecer ao seu público um conceito de produtos conectados ao design, qualidade, moda e liberdade de expressão.

O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea que causa efeito, que é irreverente e tem estilo próprio. Convida a ousar, a buscar o diferente, a desafiar o que é consenso.

Alexandre Birman

A marca Alexandre Birman é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos dividindo espaço com os maiores nomes da moda em cadeias renomadas de varejo em diversas regiões do mundo, tais como: América do Norte, Europa e Ásia.

A marca é demarcada pelo conceito de exclusividade e sofisticação, tem grande reconhecimento no exterior e conferiu a Alexandre Birman o prêmio Vivian Infantino Emerging Talent Award, como o talento na criação de sapatos do ano de 2009 (prêmio é reconhecido como o Oscar da Indústria Internacional de sapatos).

ANACAPRI

Fundada em novembro de 2008, com o nome da cidade de Anacapri, a marca vem continuamente consolidando sua comunicação e distribuição de forma exitosa no mercado brasileiro. Seu conceito busca valorizar o conforto com a oferta de sapatos em diversos tipos de materiais e cores a um preço mais acessível, apresentando um conceito mais casual de sapatos sem salto e destinados a um público pop.

Comentário do Desempenho

Resumo do Resultado	3T12	3T13	Cresc. ou spread (%)	9M12	9M13	Cresc. ou spread (%)
Receita Líquida	246.655	266.671	8,1%	607.484	705.349	16,1%
Lucro Bruto	107.049	116.079	8,4%	264.157	311.570	17,9%
<i>Margem bruta</i>	43,4%	43,5%	0,1 p.p.	43,5%	44,2%	0,7 p.p.
EBITDA ¹	42.656	46.756	9,6%	91.958	115.870	26,0%
<i>Margem EBITDA</i>	17,3%	17,5%	0,2 p.p.	15,1%	16,4%	1,3 p.p.
Lucro líquido	28.586	29.387	2,8%	65.201	77.810	19,3%
<i>Margem líquida</i>	11,6%	11,0%	-0,6 p.p.	10,7%	11,0%	0,3 p.p.

Indicadores Operacionais	3T12	3T13	Cresc. ou spread (%)	9M12	9M13	Cresc. ou spread (%)
Número de pares vendidos ('000)	2.650	2.805	5,8%	6.270	7.212	15,0%
Número de bolsas vendidas ('000)	134	183	36,6%	364	452	24,2%
Número de funcionários	2.105	2.007	-4,7%	2.105	2.007	-4,7%
Número de lojas*	377	429	52	377	429	52
<i>Próprias</i>	53	56	3	53	56	3
<i>Franquias</i>	324	373	49	324	373	49
Outsourcing (% da produção total)	88,9%	91,8%	2,9 p.p.	87,0%	90,7%	3,7 p.p.
SSS ² sell in (franquias)	14,2%	0,6%	-13,6 p.p.	11,9%	4,3%	-7,6 p.p.
SSS ² sell out (lojas próprias + franquias)	n/a	-5,1%	n/a	n/a	0,5%	n/a

*Incluem lojas no exterior

1- EBITDA = Lucro antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

2- SSS (Vendas nas mesmas lojas): As lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. Variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas de devoluções para as vendas do sell out, e em vendas brutas para sell in de franquias que estavam em operação durante ambos os períodos comparados. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Considera-se que quando um operador franqueado abre um depósito, sua venda será incluída nas vendas de lojas comparáveis do sell in se as franquias do operador estiverem em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados. O chamado SSS de Franquias – Sell In, refere-se à comparação de vendas da Arezzo&Co junto a cada Loja Franqueada em operação há mais de 12 meses, servindo como um indicador mais preciso para monitoramento da receita do grupo. Já o SSS de sell out é baseado na performance de vendas dos pontos de vendas, o que no caso da Arezzo&Co demonstra melhor o comportamento das vendas de Lojas Próprias e vendas de sell out de Franquias. Os números de sell out de Franquias representam a melhor estimativa calculada com base em informações fornecidas por terceiros.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta	3T12	Part%	3T13	Part%	Cresc. %	9M12	Part%	9M13	Part%	Cresc. %
Receita bruta total	314.125		337.798		7,5%	781.680		900.705		15,2%
Mercado externo	12.677	4,0%	18.243	5,4%	43,9%	29.919	3,8%	45.732	5,1%	52,9%
Mercado interno	301.448	96,0%	319.555	94,6%	6,0%	751.761	96,2%	854.973	94,9%	13,7%
Por marca										
Arezzo	188.122	62,4%	201.670	63,1%	7,2%	473.681	63,0%	523.936	61,3%	10,6%
Schutz	99.324	32,9%	106.510	33,3%	7,2%	244.317	32,5%	296.087	34,6%	21,2%
Outras marcas ¹	14.002	4,7%	11.375	3,6%	-18,8%	33.763	4,5%	34.950	4,1%	3,5%
Por canal										
Franquias	151.135	50,1%	167.586	52,4%	10,9%	360.480	48,0%	418.981	49,0%	16,2%
Multimarcas	83.184	27,6%	82.811	25,9%	-0,4%	212.939	28,3%	230.386	26,9%	8,2%
Lojas próprias ²	62.978	20,9%	68.376	21,4%	8,6%	167.668	22,3%	199.627	23,3%	19,1%
Outros ³	4.151	1,4%	782	0,3%	-81,2%	10.674	1,4%	5.979	0,8%	-44,0%

(1) Incluem-se as marcas Anacapri e Alexandre Birman apenas no mercado interno e outras receitas não específicas das marcas.

(2) Lojas Próprias: inclui o canal de vendas Web Commerce.

(3) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

Marcas

A Arezzo&Co tem em sua plataforma 4 importantes marcas: Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman, distribuídas através de uma rede de Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Web Commerce, presente em todos os estados do país. Os produtos também são comercializados internacionalmente através de diversos canais: Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Lojas de Departamento.

O terceiro trimestre do ano marca a transição entre as coleções de inverno e de verão. No mês de julho, as Lojas Próprias e Franquias do Grupo encerraram a liquidação dos produtos de inverno e começam a oferecer um preview da coleção de verão. O mês de agosto marcou a virada de coleção, quando as vitrines de todas as lojas passam a ser compostas apenas pela coleção de verão, antecipação de 10 dias em relação ao ano anterior.

A marca Arezzo, principal marca do grupo, alcançou R\$201,7 milhões em receita bruta no 3T13, crescimento de 7,2% em relação ao 3T12, representando 63,1% das vendas domésticas. Neste trimestre, chegaram às lojas os produtos que foram desenvolvidos na nova metodologia de suprimentos, com mudança na distribuição das coleções ao longo da estação e frequência de entrega dos produtos de acordo com seus ciclos de vida. Um marco importante foi o início de novos modelos de suprimento no sell out, além de um novo modelo de atendimento aos franqueados, que permite acessar um maior número de produtos em menor tempo, reduzindo o lead time do processo de compra e aumentando a velocidade com que a marca disponibiliza nas lojas o produto certo, na hora certa e no preço certo. Na nova dinâmica, os franqueados podem acompanhar o mix de produtos sugeridos de acordo com o perfil de cada loja. A estratégia oferece melhor feedback do sell out, maior frequência de best-sellers nas lojas e mais assertividade nas coleções.

A marca Schutz apresentou crescimento de 7,2% no 3T13 em comparação com o 3T12, atingindo receita bruta de R\$106,5 milhões, ou 33,3% das vendas no mercado interno. O canal web commerce continuou apresentando forte crescimento, atingindo R\$16,5 milhões de faturamento nos primeiros 9 meses do ano, crescimento de 174,4% sobre o ano anterior. A categoria de bolsas, com sua nova estratégia e estrutura da coleção, apresentou um saudável desempenho, com crescimento de receita de 99,5% em relação ao 3T12, representando 9,4% do faturamento da marca. Neste trimestre, a marca comemorou um ano da loja 655 Madison em Nova Iorque, com o lançamento da coleção de inverno oferecendo produtos com boa aceitação pelas consumidoras norte-americanas. Vale destacar que esta loja, bem como as vendas para as lojas de departamento nos Estados Unidos, fazem parte de um projeto que ainda se encontra na fase de investimentos.

A marca Anacapri atingiu faturamento de R\$9,7 milhões no trimestre, iniciando o roll out do canal de franquias. Após inaugurar no trimestre anterior seu novo modelo arquitetônico de loja, valorizando sua identidade e estilo, foram abertas as primeiras duas franquias no 3T13, iniciando oficialmente a expansão da marca neste canal. Os resultados iniciais foram positivos e 10 franquias da marca Anacapri devem ser inauguradas em 2013.

A marca Alexandre Birman, única marca brasileira inserida no mercado de luxo internacional em seu segmento, continua reforçando o seu posicionamento. No 3T13, realizou eventos com diversos varejistas e formadores de opinião durante a semana de moda em Paris para o lançamento de sua coleção de primavera, com o objetivo de fortalecer o branding da marca no mercado europeu.

Comentário do Desempenho

Canais

Monomarcas - Franquias e Lojas Próprias

Com a abertura de 12 lojas, a Companhia encerrou o 3T13 com 420 lojas monomarcas no Brasil e 9 no exterior, sendo no Brasil 344 da marca Arezzo, 62 da marca Schutz, 12 da marca Anacapri e 2 da marca Alexandre Birman.

O crescimento da receita das lojas monomarca, representadas por franquias e lojas próprias, foi de 10,2% no 3T13 ante o 3T12, devido principalmente à expansão da área de vendas em 18,2% nos últimos doze meses. O canal Franquias apresentou crescimento de 10,9% no trimestre, representando 52,4% das vendas domésticas no 3T13, impulsionado pela abertura de 49 franquias nos últimos 12 meses, sendo 28 da marca Arezzo, 19 da marca Schutz e 2 da marca Anacapri. Além disso, 10 franquias da marca Arezzo foram expandidas nos últimos 12 meses, adicionando 340,8 m² à área de vendas do canal. As lojas Monomarcas representaram 73,8% das vendas domésticas do 3T13.

As vendas de sell in, ou seja, aquelas feitas pela Arezzo&Co aos seus franqueados, tiveram crescimento nas mesmas franquias (SSS – Franquias) de 0,6% no 3T13 quando comparado ao 3T12. Devido ao constante foco no sell out, as vendas aos franqueados procuram equilibrar o potencial de vendas com níveis saudáveis de estoque na rede. Neste sentido, no acumulado do ano, o indicador de SSS sell in está alinhado com a performance do SSS sell out do canal de franquias. Adicionalmente, o SSS sell in foi impactado pela aceleração da abertura de franquias da marca Schutz nos últimos 12 meses (estoque maior na primeira compra) e pela elevada base de comparação (14,2% no 3T12) influenciada pelo efeito dos sneakers.

A área de vendas do canal de Lojas Próprias cresceu 7,7% no trimestre quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em parte devido à abertura líquida de 3 lojas e expansão de 2 lojas próprias nos últimos 12 meses, adicionando 74,2 m² à área de vendas do canal. As vendas do sell out da rede Arezzo&Co cresceram 8,3% no 3T13 quando comparado ao 3T12, enquanto as vendas nas mesmas lojas sell out (Lojas Próprias + Franquias) apresentaram redução de 5,1% no período. Em relação ao SSS de sell out do 3T13, vale destacar que:

- i) Houve melhora no mix de vendas entre as coleções, com um menor SSS nos meses de liquidação da coleção de inverno vis-à-vis SSS positivo da coleção de verão. O mês de setembro, preponderantemente da coleção de verão, apresentou SSS positivo;
- ii) No 3T12 a linha de sapatos sneaker representou 12,7% das vendas de calçados para a rede, participação 510 bps acima da base de comparação com o 2T12, aumentando a relevância do impacto na base de comparação com o trimestre atual. Vale comentar que essa participação reduz para 3,7% no 4T12;
- iii) Grande parte das lojas da marca Schutz analisadas pelo indicador foram abertas nos últimos 15 meses e, devido ao “efeito novidade” que ocorre em razão de fortes estratégias de comunicação e eventos de inaugurações de lojas, o 3T13 foi negativamente impactado em 100 bps; e
- iv) O indicador SSS sell out não inclui a venda da loja online. Incluindo o canal web commerce, o SSS teria um impacto positivo em 100 bps.

Comentário do Desempenho

Canais

Histórico de lojas	3T12	4T12	1T13	2T13	3T13
Área de venda^{1,3} - Total (m²)	24.531	26.543	26.659	27.996	28.999
Área de venda - franquias (m²)	19.125	20.646	20.731	22.154	23.174
Área de venda - lojas próprias ² (m²)	5.406	5.897	5.928	5.842	5.825
Total de lojas no Brasil	368	390	391	408	420
Número de franquias	316	334	335	353	365
Arezzo	300	311	312	324	328
Schutz	16	23	23	29	35
Anacapri	0	0	0	0	2
Número de lojas próprias	52	56	56	55	55
Arezzo	19	19	19	17	16
Schutz	24	27	27	27	27
Alexandre Birman	2	2	2	2	2
Anacapri	7	8	8	9	10
Total de lojas no Exterior	9	9	9	9	9
Número de franquias	8	8	8	8	8
Número de lojas próprias	1	1	1	1	1

1. Inclui metragens das 9 lojas no exterior

2. Inclui 5 lojas do tipo Outlets cuja área total é de 1.227 m²

3. Inclui metragens de lojas ampliadas

Multimarcas

No 3T13, o faturamento do canal multimarcas ficou relativamente estável ante o mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao impacto causado pelo crescimento das lojas monomarca da marca Schutz. Devido ao processo de roll out em lojas monomarca, a marca Schutz, que representou 61,7% da receita bruta do canal multimarcas no 3T13, iniciou um processo de descredenciamento de algumas lojas multimarcas com a finalidade de preservar seu branding, impactando o crescimento no canal. A expansão da marca Schutz em lojas monomarca, com maior exposição de produtos e experiência de compra superior para a consumidora final, visa aumentar a percepção da marca e o valor da Companhia. A marca Arezzo continua crescendo no canal multimarcas.

Em virtude do aumento de capilaridade em todo o Brasil, as 4 marcas do grupo passaram a ser distribuídas através de 2.452 lojas, crescimento de 5,3% ante o 3T12, e estão presentes em 1.184 cidades.

Comentário do Desempenho

Principais indicadores financeiros	3T12	3T13	Cresc. ou spread (%)	9M12	9M13	Cresc. ou spread (%)
Receita Líquida	246.655	266.671	8,1%	607.484	705.349	16,1%
CMV	(139.606)	(150.592)	7,9%	(343.327)	(393.779)	14,7%
Lucro bruto	107.049	116.079	8,4%	264.157	311.570	17,9%
<i>Margem bruta</i>	43,4%	43,5%	0,1 p.p.	43,5%	44,2%	0,7 p.p.
SG&A	(66.436)	(72.130)	8,6%	(177.408)	(203.477)	14,7%
<i>%Receita</i>	26,9%	27,0%	0,1 p.p.	29,2%	28,8%	-0,4 p.p.
Despesa comercial	(48.631)	(51.706)	6,3%	(123.783)	(144.151)	16,5%
Lojas próprias	(20.092)	(21.001)	4,5%	(54.134)	(65.358)	20,7%
Venda, logística e suprimentos	(28.539)	(30.705)	7,6%	(69.649)	(78.793)	13,1%
Despesas gerais e administrativas	(15.303)	(16.980)	11,0%	(41.111)	(52.200)	27,0%
Outras (despesas) e receitas¹	(459)	(637)	38,8%	(7.305)	651	n/a
Depreciação e amortização	(2.043)	(2.807)	37,4%	(5.209)	(7.777)	49,3%
EBITDA	42.656	46.756	9,6%	91.958	115.870	26,0%
<i>Margem EBITDA</i>	17,3%	17,5%	0,2 p.p.	15,1%	16,4%	1,3 p.p.
Lucro líquido	28.586	29.387	2,8%	65.201	77.810	19,3%
<i>Margem líquida</i>	11,6%	11,0%	-0,6 p.p.	10,7%	11,0%	0,3 p.p.
Capital de giro² - % da receita	24,3%	27,3%	3,0 p.p.	24,3%	27,3%	3,0 p.p.
Capital empregado³ - % da receita	32,8%	36,9%	4,1 p.p.	32,8%	36,9%	4,1 p.p.
Dívida total	55.199	109.042	97,5%	55.199	109.042	97,5%
Dívida líquida ⁴	(120.406)	(90.738)	n/a	(120.406)	(90.738)	n/a
Dívida líquida/EBITDA	-1,0x	-0,6x	n/a	-1,0x	-0,6x	n/a

1 – Inclui despesa não-recorrente no 1T12 dentro de Outras Despesas e Receitas Operacionais: Arezzo&Co rescindiu contrato com a Star Export Assessoria e Exportação Ltda. ("Star"), que prestava serviços de assistência e assessoramento técnico para o agenciamento e fiscalização das fábricas e ateliers independentes contratados para confecção de produtos. No âmbito da rescisão, efetuou-se pagamento de R\$ 8 milhões e impôs à Star um acordo de não-competição de 5 anos. Nesta mesma data, foi celebrado contrato com outra empresa, de igual capacitação técnica, com a mesma natureza de serviço e com condições comerciais diferenciadas para reduzir despesas, mantendo a mesma qualidade de serviços.

2 - Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

3 - Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.

4 - Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

Receita líquida

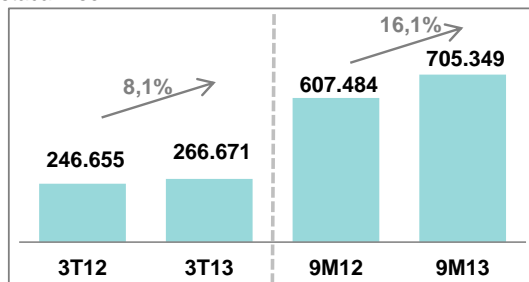
A receita líquida da Companhia atingiu R\$266,7 milhões neste trimestre, crescimento de 8,1% em relação ao 3T12. Dentre os principais fatores que resultaram neste crescimento destacam-se:

i) Expansão de 18,2% da área de vendas ante o 3T12, com crescimento de 7,7% da área de Lojas Próprias e de 21,2% de Franquias;

ii) Crescimento do indicador de same store sales (conceito de vendas nas mesmas lojas) do *sell in* em 0,6% e redução de 5,1% do *sell out*;

iii) Canal Multimarcas relativamente estável ante o 3T12, principalmente devido ao impacto causado no canal pelo forte crescimento das franquias da marca Schutz;

iv) Apesar da alteração do mix de canais, a receita líquida foi afetada positivamente em R\$3,8 milhões por uma redução temporária da alíquota de ICMS no trimestre.



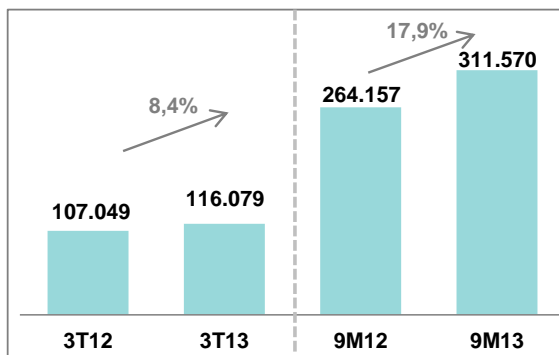
Comentário do Desempenho

Lucro bruto

O lucro bruto do 3T13 cresceu 8,4% na comparação com o 3T12, totalizando R\$116,1 milhões e margem bruta de 43,5%.

O crescimento do lucro bruto no 3T13 reflete, em especial, o aumento da receita líquida em 8,1%.

A Companhia segue uma estratégia de manter as margens estáveis por canal, sendo que o canal de Lojas Próprias é o que está sujeito à maior variação.



Despesas operacionais

Despesas Comerciais

As Despesas Comerciais da Companhia podem ser divididas em dois principais grupos:

- i) Despesas de Lojas Próprias:
 - Abrangem apenas as despesas das lojas próprias, sell out.
- ii) Despesas de Venda, Logística e Suprimentos:
 - Compreendem despesas da operação de sell in e de sell out.

No 3T13 houve uma expansão de 6,3% das Despesas Comerciais quando comparada ao 3T12, alcançando R\$51,7 milhões neste trimestre ante R\$48,6 milhões no mesmo período do ano anterior. As despesas de venda, logística e suprimentos somaram R\$30,7 milhões no período, aumento de 7,6% ante o mesmo trimestre do ano anterior, em linha com o crescimento do sell in no período.

As despesas com lojas próprias totalizaram R\$21,0 milhões no 3T13, aumento de 4,5% na comparação com o 3T12, ficando abaixo do crescimento de 8,6% do sell out de lojas próprias no mesmo período, principalmente em virtude da redução de despesas com pessoal nas lojas.

Despesas Gerais e Administrativas

No 3T13, as despesas gerais e administrativas somaram R\$17,0 milhões ante R\$15,3 milhões no mesmo trimestre do ano anterior, aumento de 11,0%. Em linha com o divulgado nos trimestres anteriores, em virtude da organização da nova sede e da inclusão do departamento de amostras sob a gestão do departamento de P&D, houve uma realocação de R\$1,5 milhões em despesas com a produção de amostras da linha de Custo para Despesas Gerais e Administrativas quando comparado com o 3T12.

Outras (despesas) e receitas

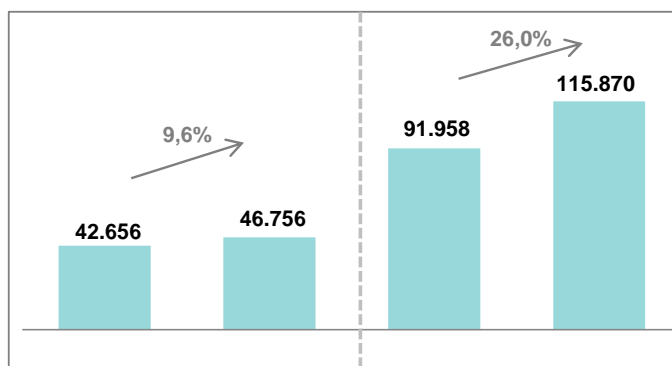
No 3T13, a Companhia somou uma despesa de R\$637 mil na linha de Outras Despesas Operacionais, em comparação com uma despesa de R\$459 mil em 2012.

Comentário do Desempenho

EBITDA e margem EBITDA

O EBITDA da Companhia cresceu 9,6% no 3T13 ante o 3T12, totalizando R\$46,8 milhões. A margem EBITDA do 3T13 foi de 17,5% ante 17,3% do 3T12. Os principais fatores que levaram ao crescimento do EBITDA neste trimestre foram:

- i) Aumento da receita líquida em 8,1%;
- ii) Crescimento do lucro bruto em 8,4%;
- iii) Manutenção das despesas operacionais como percentual da receita em 27,0%, em comparação com 26,9% no 3T12.



Excluindo o efeito não recorrente do 1T12, o EBITDA do 9M13 teria um crescimento de 15,9% em relação ao 9M12.

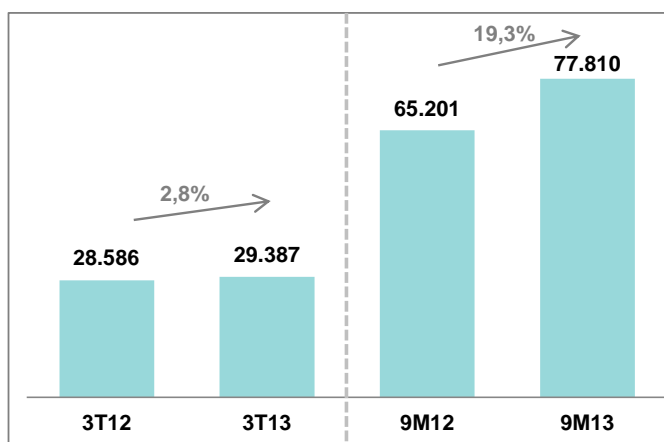
Reconciliação do EBITDA	3T12	3T13	9M12	9M13
Lucro líquido	28.586	29.387	65.201	77.810
(-) Imposto de renda e contribuição social	(13.703)	(16.243)	(26.419)	(34.670)
(-) Resultado financeiro	1.676	1.681	4.871	4.387
(-) Depreciação e amortização	(2.043)	(2.807)	(5.209)	(7.777)
(=) EBITDA	42.656	46.756	91.958	115.870

Lucro líquido e margem líquida (%)

A Companhia apresentou conversão de EBITDA com margem de 17,5% no 3T13 para lucro líquido com margem de 11,0% no 3T13, reflexo do aumento do emprego de capital em ativo imobilizado durante 2012, resultado do maior número de lojas próprias.

Devido ao maior ativo permanente no 3T13 em comparação com o 3T12, a depreciação teve um aumento de 37,4% no período. O imposto de renda e contribuição social cresceu em relação ao 3T12 refletindo o maior lucro operacional e a maior taxa efetiva de IR e CSLL no período.

O lucro líquido do 3T13 somou R\$29,4 milhões ante R\$28,6 milhões no 3T12, um aumento de 2,8% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.



O lucro líquido subiu 19,3% nos primeiros nove meses de 2013, em comparação com o mesmo período de 2012. Excluindo o efeito não recorrente do 1T12, o lucro líquido nos 9M13 teria um crescimento de 10,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Geração de caixa operacional

A Arezzo&Co gerou R\$10,8 milhões de caixa operacional no 3T13, devido principalmente ao maior lucro operacional atrelado à maior necessidade de capital de giro no período, relacionado principalmente a diferenças temporárias no pagamento de tributos.

Geração de caixa operacional	3T12	3T13	Variação	9M12	9M13	Variação
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	42.289	45.630	7,9%	91.620	112.480	22,8%
Depreciações e amortizações	2.043	2.807	37,4%	5.209	7.777	49,3%
Outros	(1.032)	(3.882)	276,2%	(6.679)	53	n/a
Decréscimo (acréscimo) de ativos/passivos circulantes	(36.822)	(27.875)	-24,3%	(11.931)	(39.160)	228,2%
Contas a receber de clientes	(50.566)	(41.250)	-18,4%	(21.771)	(32.153)	47,7%
Estoques	(17.341)	(9.595)	-44,7%	(26.028)	(23.785)	-8,6%
Fornecedores	21.837	22.559	3,3%	27.879	30.608	9,8%
Variação de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	9.248	411	-95,6%	7.989	(13.830)	n/a
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(10.166)	(5.907)	-41,9%	(21.818)	(23.505)	7,7%
Disponibilidades líq. geradas pelas ativ. operacionais	(3.688)	10.773	n/a	56.401	57.645	2,2%

Investimentos - Capex

Os investimentos da Companhia têm 3 naturezas: 1) investimento em expansão ou reformas de pontos de venda próprios; 2) investimentos corporativos que incluem TI, instalações, showrooms e escritório; e 3) outros investimentos, que são principalmente relacionados à modernização da operação industrial.

O Capex total no 3T13 diminuiu em 36,4% se comparado ao 3T12, principalmente devido ao menor investimento em lojas próprias. No 3T13, a Companhia abriu uma nova loja da marca Anacapri no Rio de Janeiro e, com o objetivo de potencializar a visibilidade da marca, inaugurou uma flagship na Rua Oscar Freire, além de reformas e aberturas futuras. Neste trimestre, a Companhia iniciou o processo de implantação de seu novo sistema transacional visando sustentabilidade de seu crescimento e ganhos de eficiência, aumentando os investimentos em TI.

Sumário de investimentos	3T12	3T13	Var. (%)	9M12	9M13	Var. (%)
Capex total	16.479	10.486	-36,4%	48.278	30.655	-36,5%
Lojas - expansão e reforma	10.306	3.623	-64,8%	31.299	10.162	-67,5%
Corporativo	5.399	6.197	14,8%	15.727	18.203	15,7%
Outros	774	666	-14,0%	1.252	2.290	82,9%

Comentário do Desempenho

Posição de caixa e endividamento

A Companhia encerrou o 3T13 com R\$90,7 milhões de caixa líquido. A política de endividamento se manteve conservadora, apresentando como principais características:

- Endividamento total de R\$109,0 milhões no 3T13 ante R\$55,2 milhões no 3T12;
- Endividamento de Longo Prazo de 38,6% da dívida total no 3T13, ante 44,5% no 3T12;
- O custo médio ponderado da dívida total da Companhia no 3T13 se mantém em níveis reduzidos.

Posição de caixa e endividamento	3T12	2T13	3T13
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	175.605	214.411	199.780
Dívida total	55.199	107.862	109.042
Curto prazo	30.626	60.763	66.930
% dívida total	55,5%	56,3%	61,4%
Longo prazo	24.573	47.099	42.112
% dívida total	44,5%	43,7%	38,6%
Dívida líquida	(120.406)	(106.549)	(90.738)

ROIC (Retorno sobre o Capital Investido)

Em linha com o direcionamento estratégico da Companhia, os níveis de investimento em Capital Empregado no 3T13 estão superiores aos do ano anterior, especialmente devido à abertura de lojas próprias ocorridas durante 2012. O Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 29,6% no 3T13.

Resultado operacional	3T11	3T12	3T13	Cresc. (%)
EBIT (UDM)	111.848	118.751	149.549	25,9%
+ IR e CS (UDM)	(33.837)	(34.450)	(44.881)	30,3%
NOPAT	78.011	84.301	104.668	24,2%
Capital de giro ¹	163.375	196.310	262.017	33,5%
Ativo permanente	49.466	102.605	128.935	25,7%
Outros ativos de longo prazo ²	9.170	8.045	8.429	4,8%
Capital empregado	222.011	306.960	399.381	30,1%
Média do capital empregado³		264.486	353.171	33,5%
ROIC⁴		31,9%	29,6%	

1 - Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

2 - Descontados do IR e Contribuição Social diferidos.

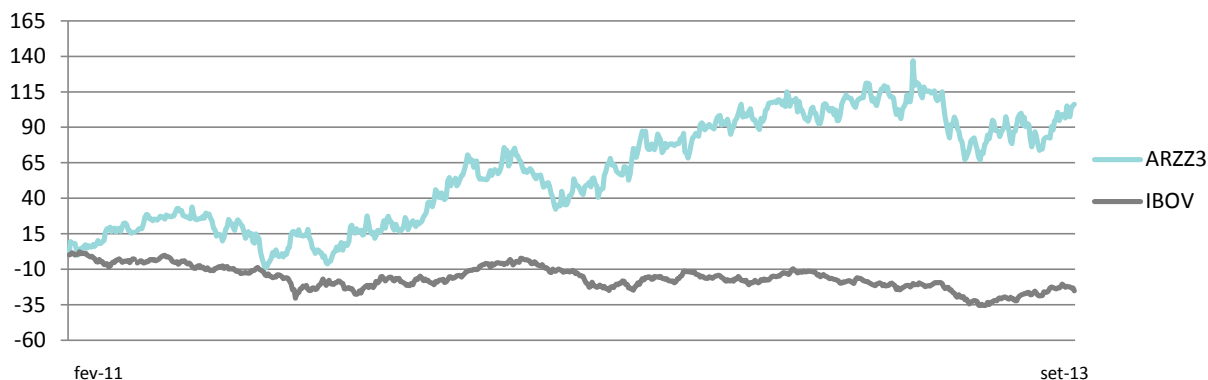
3 - Média de capital empregado no período e no mesmo período do ano anterior.

4 - ROIC: NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Comentário do Desempenho

5. Mercado de capitais e Governança Corporativa

Em 30 de setembro de 2013, a capitalização de mercado da Companhia era de R\$3,5 bilhões (cotação R\$ 39,19) alta de 9% quando comparado ao mesmo período de 2012.



Arezzo&Co	
Ações emitidas	88.637.034
Ticker	ARZZ3
Início de negócios	02/02/2011
Cotação (30/09/2013)	39,19
Market Cap	3.473.685.362
Desempenho	
2011 ¹	20%
2012 ²	71%
2013 ³	1%

(1) Período de 02/02/2011 até 29/12/2011

(2) Período de 29/12/2011 até 28/12/2012

(3) Período de 28/12/2012 até 30/09/2013

A fim de garantir maior previsibilidade e transparência, a Companhia possui uma política de distribuição semestral de proventos aos seus acionistas.

Pagamentos projetados ³:

Data de referência	Data de pagamento	Proventos	R\$	Valor bruto por ação ordinária (R\$)
09/08/2011	31/1/2013	JCP	7.968.816,90	0,09
17/12/2012	31/1/2013	JCP	2.460.341,53	0,03
30/4/2013	15/5/2013	Dividendo	20.381.904,31	0,23
28/6/2013	30/07/2013	JCP	2.026.837,53	0,02
30/07/2013	30/07/2013	JCP	8.858.746,90	0,10
29/07/2013	31/07/2013	Dividendo	13.326.011,22	0,15

(3) Sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Também se estabelece que a Companhia deve distribuir proventos, inclusive Juros Sobre Capital, Dividendos entre outros, equivalentes a pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício aos acionistas. Para mais informações sobre a política de proventos da Arezzo&Co, favor consultar: www.arezzoco.com.br.

Comentário do Desempenho

6. Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Arezzo&Co relativos ao período encerrado em 30 de setembro de 2013 foram realizados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. A política da Companhia para contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

7. Relações com Investidores – RI

Acionistas, analistas, e o mercado em geral têm a sua disposição informações atualizadas sobre a Companhia disponíveis no website de RI, www.arezoco.com.br, e nas páginas da CVM, www.cvm.gov.br, e BM&FBOVESPA, www.bmfbovespa.com.br.

Para mais informações, o contato direto com o Departamento de RI pode ser feito por meio do e-mail ri@arezoco.com.br ou por telefone: (11) 2132-4300.

8. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM Nº 480/09, os diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do período encerrado em 30 de setembro de 2013 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Aviso importante

Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macroeconômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento, e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no “U.S. Private SecuritiesLitigationReformAct” de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

As informações financeiras consolidadas da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios do padrão contábil internacional - IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia contava com 365 franquias no Brasil e 8 no exterior; 55 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e uma loja própria no exterior; e um canal “web commerce” destinado à vendas de produtos da marca Schutz e Ana Capri. O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua Administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. (“ZZAB”)

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. Em 02 de janeiro de 2012, a ZZAB incorporou a ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e a ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. (“ZZSAP”)

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

Arezzo & Co. International (“Arezzo Int.”)

A Arezzo Int., anteriormente denominada Schutz International Corporation, registrada em Miami, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A Arezzo Int. foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC e Schutz 655 LLC.

ARZZ LLC

A ARZZ LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. Em 17 de Agosto de 2012, a ARZZ LLC incorporou a Arezzo & Co. International ("Arezzo Int.").

Schutz 655 LLC

A Schutz 655 LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ("ZZARIO")

A ZZARIO, criada em setembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZARIO foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ("ZZCAPRI")

A ZZCAPRI, criada em novembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZCAPRI foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAF")

A ZZAF, criada em novembro de 2008, tem por objeto a comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como importação e exportação desses produtos. A ZZAF foi incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda. ("Shoes For U")

Adquirida em 21 de julho de 2008, a Shoes For U tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas, cintos e acessórios. Desde 28 de maio de 2010 as operações da Shoes For U estavam paralisadas, tendo sido incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Reestruturação societária

Em 02 de janeiro de 2012, a controlada ZZAB Comércio de Calçados Ltda. incorporou as empresas ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda., também controladas da Companhia, conforme Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação aprovado em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia aprovou a incorporação das suas controladas Allmaness Calçados Ltda., Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda., Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda. e ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.

A Arezzo & Co International foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

Estas incorporações tiveram como propósito a racionalização das atividades administrativas. Foram realizadas a valores de livros, não afetam as atividades operacionais da Companhia e não causaram efeito às demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Reestruturação societária--Continuação

Os patrimônios líquidos da ZZAF, Allmaness, Shoes for U e Schutz Shoes foram avaliados em 31 de janeiro de 2012, com base no valor contábil, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil incorporado está apresentado como segue:

	Shoes For U	Allmaness	Schutz Shoes	ZZAF	Total
Ativo circulante					
Caixa e bancos	-	3	-	45	48
Aplicações financeiras	-	125	-	-	125
Contas a receber	-	-	-	577	577
Estoques	-	-	-	3.343	3.343
Impostos a recuperar	-	21	-	602	623
Outros valores a receber	28	-	1	67	96
Total do ativo circulante	28	149	1	4.634	4.812
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	122	-	-	-	122
Outros valores a receber	-	-	15	-	15
	122	-	15	-	137
Imobilizado líquido	-	17	575	139	731
Intangível	-	-	2	5	7
Total do ativo não circulante	122	17	592	144	875
Total dos ativos incorporados	150	166	593	4.778	5.687
	Shoes For U	Allmaness	Schutz Shoes	ZZAF	Total
Passivo circulante					
Fornecedores	146	-	-	100	246
Obrigações fiscais e sociais	2	-	3	21	26
Obrigações trabalhistas	-	-	-	348	348
Outras contas a pagar	-	-	-	40	40
Total do passivo circulante	148	-	3	509	660
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	1	-	1	505	507
Provisões para riscos	-	-	82	22	104
Total do passivo não circulante	1	-	83	527	611
Total dos passivos assumidos	149	-	86	1.036	1.271
Acervo líquido incorporado	1	166	507	3.742	4.416

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e estão de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 também estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e estão de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia (“Administração”) no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 foram autorizadas em Reunião de Diretoria realizada em 23 de outubro de 2013.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	Participação total - %			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	99,99	-	99,99	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	99,99	-	99,99	-
ARZZ International INC.	100,00	-	100,00	-
ARZZ LLC	-	100,00	-	100,00
Schutz 655 LLC	-	100,00	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras intermediárias. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras intermediárias da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras intermediárias da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

<u>Vida útil média</u>	
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o período, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social (*)(**)	1,00%
State Sales Tax	0% a 8,875%

(*) Conforme Lei 12.546 relativa a desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada ZZSAP.

(**) No período de abril e maio de 2013, o INSS da controlada ZZAB foi apurado de acordo com a Medida Provisória nº 601/2012 que alterou a Lei 12.546 relativo a desoneração da folha de pagamento das empresas de Varejo, que veio a perder seus efeitos em 03/06/2013. Em 19 de julho de 2013, foi publicada a Lei nº 12.844/13 que postergou até 1º de novembro de 2013 a continuidade da desoneração da folha de pagamentos das empresas de Varejo.

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social – correntes--Continuação

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza Non-Deliverable Forward (NDF) e Adiantamentos de Contratos de Câmbio (“ACCs”) como principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das vendas de mercadorias para o mercado externo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20 Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Estes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

2.21 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por quatro marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman e Anacapri), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e e-commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.22 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23 Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”) para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 33.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

2.24 Assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A taxa efetiva do período destas demonstrações financeiras intermediárias é calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva ponderada anual, esperada para o final do exercício de 2013, não sendo esperadas variações significativas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 33.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 30 de setembro de 2013

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras intermediárias estão descritas abaixo. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 32 *Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32*

Essas alterações esclarecem o significado da expressão “atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar”. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 30 de setembro de 2013--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Disponibilidades	7.886	6.771	10.748	11.518
	7.886	6.771	10.748	11.518

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Circulante				
Renda fixa (a)	168.467	167.288	189.032	190.636
Não circulante				
Fundo de capitalização	-	-	22	20
Total das aplicações financeiras	168.467	167.288	189.054	190.656

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

6. Aplicações financeiras--Continuação

Em 30 de setembro de 2013, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 102,5% do CDI. Os ativos são compostos em 18,96% por Letras Financeiras do Tesouro – LFT e 96,27% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Duplicatas – clientes nacionais	166.992	133.303	168.835	136.372
Duplicatas – clientes estrangeiros	29.036	20.146	36.727	25.135
Duplicatas – partes relacionadas (Nota 12.a)	21.180	43.616	-	-
Cheques	2	20	149	412
Cartões de crédito	-	2.738	35.802	47.441
	217.210	199.823	241.513	209.360
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)	(434)	(37)	(604)
	217.208	199.389	241.476	208.756

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas – clientes nacionais”.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	(434)	(431)	(604)	(456)
Adições	-	(4)	-	(164)
Recuperações/ realizações	432	1	567	16
Saldo no final do período	(2)	(434)	(37)	(604)

Notas Explicativas

7. Contas a receber--Continuação

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
A vencer	214.982	195.831	239.285	205.368
Vencido até 30 dias	1.026	2.414	1.026	2.414
Vencido de 31 a 60 dias	529	909	529	909
Vencido de 61 a 90 dias	174	78	174	78
Vencido de 91 a 180 dias	215	44	215	44
Vencido de 181 a 360 dias	284	106	284	106
Vencido há mais de 360 dias	-	441	-	441
	217.210	199.823	241.513	209.360

Do total das contas a receber, R\$ 254 (R\$ 1.600 em 31 de dezembro de 2012) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Matéria prima	8.373	9.272	13.477	14.983
Produtos em elaboração	-	-	5.374	3.899
Produtos acabados	30.970	19.993	76.633	51.523
Adiantamentos a fornecedores	4.392	4.919	4.895	6.189
(-) Provisão para perdas	(560)	(461)	(560)	(461)
	43.175	33.723	99.819	76.133

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

Notas Explicativas

8. Estoques--Continuação

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	(461)	(4)	(461)	(4)
Adições	(634)	(882)	(634)	(882)
Recuperações/ realizações	535	425	535	425
Saldo no final do período	(560)	(461)	(560)	(461)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
ICMS a recuperar	9.219	922	10.787	2.338
Antecipação de IRPJ	781	6.104	1.572	6.895
Antecipação de CSLL	1.778	2.094	2.121	2.435
Outros	450	509	2.989	2.989
	12.228	9.629	17.469	14.657
Circulante	12.228	9.252	17.469	14.280
Não circulante	-	377	-	377

Notas Explicativas

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Despesas antecipadas	150	115	562	297
Adiantamentos a empregados	103	532	264	1.006
Adiantamentos a fornecedores	486	755	2.299	2.627
Adiantamentos de viagens	1.098	923	1.104	929
Adiantamento ao fundo de propaganda	6.976	2.825	6.976	2.825
Créditos junto a franqueados	4.584	1.818	6.424	4.983
Outros créditos a realizar	3	15	67	149
	13.400	6.983	17.696	12.816
Circulante	11.448	6.406	15.744	12.239
Não circulante	1.952	577	1.952	577

Adiantamento ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia (“Rede de Franquias Arezzo” e “Rede de Franquias Schutz”), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz”. Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo e Rede de Franquias Schutz, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Créditos tributários - resultantes de incorporação (i)	13.935	13.935	13.935	13.935
(-) Amortização fiscal	(13.935)	(12.774)	(13.935)	(12.774)
Créditos tributários - resultantes de incorporação (ii)	7.535	7.535	7.537	7.535
(-) Amortização fiscal	(5.651)	(4.521)	(5.651)	(4.521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos resultante de incorporação	1.884	4.175	1.886	4.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social (iii)	4.497	1.822	5.714	2.089
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	6.381	5.997	7.600	6.264

- (i) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente do aumento de capital que a BRICS Participações S.A. (BRICS) efetuou na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

Notas Explicativas**11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**a) Impostos diferidos--Continuação

- (ii) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente de incorporação pela Companhia de acervo oriundo de cisão da FIGEAC Holdings S.A. ("FIGEAC"), líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contra partida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.
- (iii) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Saldo de abertura	5.997	9.534	6.264	10.012
Imposto diferido reconhecido no resultado	384	(3.537)	1.336	(3.748)
Saldo Final	6.381	5.997	7.600	6.264

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora e Consolidado) encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	30/09/2013	30/09/2013
2013	3.994	4.092
2014	1.827	2.234
2015	320	727
2016	240	547
Total	6.381	7.600

Notas Explicativas**11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação****b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.316	90.010	112.480	91.620
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(38.187)	(30.603)	(38.243)	(31.151)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	-	-	(3.021)	(1.130)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – lei nº 11.196/05	3.490	2.633	3.490	2.633
Equivalência patrimonial	(2.594)	(477)	-	-
Juros sobre capital próprio	3.703	3.849	3.703	3.849
Outras diferenças permanentes	(918)	(211)	(1.286)	(620)
Constituição de tributos diferidos sobre prejuízos em empresas controladas, relativos a anos anteriores	-	-	687	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(34.506)	(24.809)	(34.670)	(26.419)
Corrente	(34.890)	(24.378)	(36.006)	(25.799)
Diferido	384	(431)	1.336	(620)
Total	(34.506)	(24.809)	(34.670)	(26.419)
Taxa efetiva - %	30,72%	27,56%	30,82%	28,84%

Notas Explicativas**12. Saldos e transações com partes relacionadas**a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

Controladora

30/09/2013

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Transações	
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras			
Empresas controladas										
ARZZ Co LLC	-	7.393	-	-	-	-	-	-	-	-
ARZZ International INC	-	9.387	29	-	-	11.426	-	-	-	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	21.000	-	62	448	-	76.736	20	-	-	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	180	-	-	2.120	-	253	65.352	-	-	-
Total Controladora	21.180	16.780	91	2.568	-	88.415	65.372	-	-	-
Consolidado										
Acionistas controladores	-	-	-	-	801	-	-	-	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	801	-	-	-	-	-

Notas Explicativas**12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação**a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores--Continuação

Controladora	31/12/2012					30/09/2012	
	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
Arezzo & Co International	-	9.114	-	-	-	1.717	4
ARZZ LLC	-	-	-	-	-	44	-
ARZZ International INC	-	1.718	29	-	-	-	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	43.104	-	28	191	-	55.866	32
ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	-	-	-	-	-	10	187
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	512	-	48	317	-	66	75.423
Total Controladora	43.616	10.832	105	508	-	57.703	75.646
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	973	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	973	-	-

Notas Explicativas

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações – empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para a loja ZZAB (controlada) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada).

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 74 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 11 dias.

Os saldos a receber de partes relacionadas, exceto pelos saldos de mútuos, possuem datas específicas para vencimento. Os mútuos ativos são atualizados aplicando-se a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) acrescida de juros de 2,5% ao ano. Os mútuos ativos com operações no exterior são atualizados aplicando-se a taxa LIBOR (12 m) acrescida de juros de 1% ao ano.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 30 de setembro de 2013 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$ 1.526 (R\$ 2.518 em 30 de setembro de 2012), como segue:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	1.355	2.300
Remuneração variável bônus	171	218
Total da remuneração	<u>1.526</u>	<u>2.518</u>

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações (Nota 33). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a despesa com plano de opções de ações de Administradores totalizou R\$ 341 (R\$ 77 em 30 de setembro de 2012), e está sendo apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Notas Explicativas

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração--Continuação

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

d) Garantias

A Companhia é a garantidora de um contrato de arrendamento mercantil firmado em novembro de 2009 por sua controlada ZZSAP no montante de R\$ 74 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2012).

e) Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia manteve, até 16 de agosto de 2012, contrato de locação do imóvel onde estava estabelecida sua filial na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, que é de propriedade de uma empresa cujo sócio é controlador da Companhia (Sr. Anderson Lemos Birman). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 67.

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 52,4% das ações da Companhia em 30 de setembro de 2013.

f) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia, e com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda, de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, que presta consultoria em gestão de recursos humanos, também membro do Conselho de Administração da Companhia. Estas empresas receberam no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 R\$ 419 e R\$ 423 (R\$ 280 e R\$ 262 em 30 de setembro de 2012), respectivamente.

Notas Explicativas

13. Investimentos

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do período	% Partic.	Investimento/Provisão para perdas com investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
								30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012
ZZAB Com. de Calçados Ltda.	156.055	37.256	118.799	93.614	132.280	2.058	99,99	118.799	85.738	2.056	2.350
ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda.	47.127	40.659	6.468	592	51.504	(798)	99,99	6.468	7.268	(798)	(892)
ZZAF Ind. e Com. de Calçados Ltda. (*)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-	(65)
Investimentos								125.267	93.006	1.258	1.393
ARZZ International INC.	24.385	27.262	(2.877)	14.690	13.364	(8.886)	100	(2.877)	(5.202)	(8.886)	(223)
Arezzo & Co International (**)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-	(2.574)
Provisão para passivo a descoberto								(2.877)	(5.202)	(8.886)	(2.797)
								122.390	87.804	(7.628)	(1.404)

(*) Incorporada em fevereiro de 2012 pela Controladora.

(**) Incorporada em agosto de 2012 pela controlada indireta ARZZ LLC.

	Controladora	
	30/09/2013	31/12/2012
Saldo no início do período, líquido da provisão para perdas	87.804	70.026
Integralização de capital	42.214	21.917
Incorporação de controladas (Nota 1)	-	(4.416)
Equivalência patrimonial	(7.628)	277
Saldo no final do período, líquido da provisão para perdas	122.390	87.804

Notas Explicativas

13. Investimentos--Continuação

Aumento de capital:

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e no exercício de 2012, a Companhia aumentou o capital social nas suas controladas, conforme abaixo demonstrado:

	2013	2012
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	31.002	25.773
ARZZ Inc.	11.212	3.323
	42.214	29.096
Integralização com caixa	11.212	21.917
Integralização com créditos	31.002	-
Integralização via incorporação de controladas	-	7.179

No exercício de 2012, a controlada ZZAB teve seu capital social aumentado de R\$ 38.839 para R\$ 93.614, portanto um aumento de R\$ 56.775. Deste montante, R\$ 25.773 foram integralizados no próprio exercício de 2012, R\$ 19.000 foram integralizados em 09 de janeiro de 2013 e R\$ 12.002 foram integralizados em 01 de abril de 2013.

No exercício de 2013, a Controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US\$ 1.639 para US\$ 6.589 mil, portanto um aumento de US\$ 4.950 mil, equivalentes a R\$ 11.212 integralizados em moeda no próprio exercício.

14. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2012	5.163	5.907	3.659	12.221	76	1.501	28.527
Aquisições	672	727	1.577	1.159	120	-	4.255
Baixas	(108)	(569)	(27)	(1.878)	-	-	(2.582)
Saldos em 30/09/2013	5.727	6.065	5.209	11.502	196	1.501	30.200
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2012	(3.015)	(1.576)	(1.370)	(1.788)	(49)	-	(7.798)
Depreciação	(547)	(369)	(237)	(704)	(10)	-	(1.867)
Baixas	61	77	19	343	-	-	500
Saldos em 30/09/2013	(3.501)	(1.868)	(1.588)	(2.149)	(59)	-	(9.165)
Valor contábil líquido							
Saldos em 31/12/2012	2.148	4.331	2.289	10.433	27	1.501	20.729
Saldos em 30/09/2013	2.226	4.197	3.621	9.353	137	1.501	21.035
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	

Notas Explicativas**14. Imobilizado--Continuação**

Consolidado:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Prédios	Veículos	Terrenos	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2012	6.637	12.965	9.329	46.000	530	89	2.001	77.551
Aquisições	900	2.580	2.868	7.676	-	120	-	14.144
Baixas	(93)	(221)	(215)	(2.588)	-	-	-	(3.117)
Saldos em 30/09/2013	7.444	15.324	11.982	51.088	530	209	2.001	88.578
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2012	(3.527)	(2.747)	(3.678)	(6.337)	(110)	(62)	-	(16.461)
Depreciação	(763)	(1.196)	(638)	(3.206)	(16)	(10)	-	(5.829)
Baixas	89	115	134	1.057	-	-	-	1.395
Saldos em 30/09/2013	(4.201)	(3.828)	(4.182)	(8.486)	(126)	(72)	-	(20.895)
Valor contábil líquido								
Saldos em 31/12/2012	3.110	10.218	5.651	39.663	420	27	2.001	61.090
Saldos em 30/09/2013	3.243	11.496	7.800	42.602	404	137	2.001	67.683
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	4%	20%	-	

Notas Explicativas

15. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo				
Saldos em 31/12/2012	2.629	125	14.067	16.821
Aquisições	21	1.553	12.373	13.947
Baixas	-	(600)	(58)	(658)
Saldos em 30/09/2013	2.650	1.078	26.382	30.110
Amortização acumulada				
Saldos em 31/12/2012	-	-	(7.127)	(7.127)
Amortização	-	-	(1.863)	(1.863)
Baixas	-	-	10	10
Saldos em 30/09/2013	-	-	(8.980)	(8.980)
Valor contábil líquido				
Saldos em 31/12/2012	2.629	125	6.940	9.694
Saldos em 30/09/2013	2.650	1.078	17.402	21.130
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Notas Explicativas**15. Intangível--Continuação**

Consolidado:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo				
Saldos em 31/12/2012	2.749	37.715	14.784	55.248
Aquisições	23	4.033	12.456	16.512
Baixas	-	(1.080)	(67)	(1.147)
Saldos em 30/09/2013	2.772	40.668	27.173	70.613
Amortização acumulada				
Saldos em 31/12/2012	-	-	(7.426)	(7.426)
Amortização	-	-	(1.948)	(1.948)
Baixas	-	-	13	13
Saldos em 30/09/2013	-	-	(9.361)	(9.361)
Valor contábil líquido				
Saldos em 31/12/2012	2.749	37.715	7.358	47.822
Saldos em 30/09/2013	2.772	40.668	17.812	61.252

Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos
--------------------------	---------------	---------------	--------

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Foi reconhecido no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 o montante de R\$ 12.831 na Controladora e no Consolidado (R\$ 12.928 em 30 de setembro de 2012) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Notas Explicativas

15. Intangível--Continuação

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia avaliou a existência de fatores que pudessem impactar o valor de seus ativos e não constatou indicativos de que os mesmos possam ter sofrido desvalorização.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Capital de giro	-	-	11.223	10.274
Banco do Brasil (FINAME)	17	20	77	20
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	36.409	27.057	36.409	27.057
FINEP	30.286	27.458	30.286	27.458
BNDES Progeren	-	-	31.008	29.190
Outros	-	-	39	85
	66.712	54.535	109.042	94.084
Circulante	42.765	31.313	66.930	42.843
Não circulante	23.947	23.222	42.112	51.241

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) FINEP: Taxa de 5,25% a.a., ou indexado a TJLP se esta for maior que 6% ao ano.
- (ii) Leasing e Finame: 1,37% ao mês.
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + Spread do Banco, média em 30/09/13 de 1,75% ao ano.
- (iv) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,5% fixo ao ano.
- (v) Capital de Giro BNDES Progeren, taxa de TJLP + 2,5% ao ano, vencimento em 36 meses incluindo 18 meses de carência.

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimentos dos contratos

- Capital de giro (Bank of America): vencimento em 31 de outubro de 2013 e 16 de setembro de 2014;
- Banco do Brasil: parcelas mensais com vencimento final em agosto de 2015;
- FINEP: vencimento em agosto de 2017, julho de 2018 e outubro de 2019;
- BNDES: vencimento em 15 de novembro de 2015; e
- Outros: prazo final de amortização em janeiro de 2015.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de setembro de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2014	1.687	5.459
2015	6.555	20.849
2016	6.547	6.596
Após 2016	9.158	9.208
Total	23.947	42.112

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a indicadores financeiros.

Linhas de crédito

Em 14 de novembro de 2011, a Companhia contratou uma terceira linha de financiamento junto ao FINEP no montante de R\$ 27.366. Em 30 de setembro de 2013, o montante de R\$ 11.632 referente a esta linha de crédito não foi utilizado pela Companhia e está disponível para utilização.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinado aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco. Utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela própria Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

A Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança bancária emitida pelo Banco Santander. Em 30 de setembro de 2013, o valor garantido pela Companhia com relação a este acordo é de R\$ 4 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Fornecedores nacionais	60.715	24.946	66.042	33.984
Partes relacionadas (Nota 12.a)	2.568	508	-	-
Fornecedores estrangeiros	73	237	73	1.523
	63.356	25.691	66.115	35.507

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Salários a pagar e provisão de PPR	3.471	5.423	4.460	7.854
Provisão para férias e 13º salário	9.055	4.179	14.365	7.554
	12.526	9.602	18.825	15.408

19. Programa de parcelamento fiscal

A sociedade controlada ZZSAP aderiu ao Parcelamento Especial (PAES), disciplinado pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, inscrevendo parte substancial dos débitos tributários vencidos até 15 de julho de 2003. Conforme previsto na legislação mencionada, as empresas que integram este programa são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas mensais, podendo ser excluídas do programa caso atrasem estes pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

As parcelas pactuadas estão sendo liquidadas sem atraso. Com isso, a ZZSAP incorre em desembolso mensal de, aproximadamente, R\$ 16 estando os pagamentos de acordo com as condições previstas no Programa de Parcelamento Fiscal.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

Notas Explicativas**20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação**

	Controladora			
	Saldo 31/12/2012	Adições/ Atualizações	Reversões/ Pagamento	Saldo 30/09/2013
Cível	1.061	44	(10)	1.095
Tributária	-	1.236	(50)	1.186
Trabalhista	1.336	656	(266)	1.726
Provisão para riscos	2.397	1.936	(326)	4.007
Depósito judicial	(4.523)	(1.322)	1.322	(4.523)
Total	(2.126)	614	996	(516)

	Consolidado			
	Saldo 31/12/2012	Adições/ Atualizações	Reversões/ Pagamentos	Saldo 30/09/2013
Cível	1.088	45	(16)	1.117
Tributária	-	1.599	(50)	1.549
Trabalhista	1.950	840	(512)	2.278
Provisão para riscos	3.038	2.484	(578)	4.944
Depósito judicial	(6.879)	(1.741)	2.165	(6.455)
Total	(3.841)	743	1.587	(1.511)

Cível – a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário – a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Notas Explicativas

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Trabalhistas – a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$ 33.100 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, conforme divulgado na Nota 21.2. O ágio incorporado está sendo apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, e representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio, conforme divulgado na Nota 11.a - item (i). O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os advogados da Companhia, a expectativa de perda é considerada possível, no montante de R\$ 7.379.
- ii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de: fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS no montante atualizado de R\$ 5.061. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada “possível”.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas

21.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do limite do capital autorizado, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 500.000, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

Em 02 de fevereiro de 2011 foram emitidas novas ações ordinárias no processo de oferta pública de distribuição de ações.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$ 65.000, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 30 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, em razão do exercício por determinados beneficiários de Opções de Compra de Ações, no valor total de R\$ 940, com emissão de 45 mil novas ações ordinárias da Companhia.

Em 28 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$ 49.143, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 29 de julho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, em razão do exercício por determinados beneficiários de Opções de Compra de Ações, no valor total de R\$ 1.186, com emissão de 50 mil novas ações ordinárias da Companhia.

	Acções	Capital social
	em milhares	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2011	88.542	40.917
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	65.000
Emissão de ações com plano de opção de ações	45	940
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>88.587</u>	<u>106.857</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	88.587	106.857
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	49.143
Emissão de ações com plano de opção de ações	50	1.186
Saldo em 30 de setembro de 2013	<u>88.637</u>	<u>157.186</u>

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2 Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

- a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 13.935.

No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.

- b) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R\$ 12.500, dos quais R\$ 1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 1.559.
- c) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R\$ 12.500 restantes, dos quais R\$ 1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 2.990.
- d) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 7.535.

Os créditos tributários gerados em decorrência da reserva especial de ágio constituída quanto da incorporação da BRICS e da FIGEAC estão apresentados na Nota 11.

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R\$ 182.009, dos quais R\$ 167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R\$ 13.579 (R\$ 8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R\$ 10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$ 550 (R\$ 363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2 Reserva de capital--Continuação

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$ 3.201, conforme descrito na Nota 33. Desse total, R\$ 2.426 foram reconhecidos em 2013 e R\$ 775 foram reconhecidos em 2012.

21.3 Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 2.683 (R\$ 2.683 em 31 de dezembro de 2012).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2012 é de R\$ 137.452 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Durante o exercício de 2012 a Companhia distribuiu aos acionistas os dividendos e juros sobre capital próprios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que totalizavam o montante de R\$ 14.327, que se encontravam provisionados para pagamento em 31 de dezembro de 2011.

Em 30 de julho de 2012, a Companhia aprovou através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante total de R\$ 6.986, pagos em 30 de agosto de 2012. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-- Continuação

Dividendos--Continuação

Em 04 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 20.382, devidamente aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, pagos em 14 de maio de 2013.

Em 29 de julho de 2013, a Companhia aprovou através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante total de R\$ 13.328, pagos em 30 de agosto de 2013. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício de 2012, no montante de R\$ 21.751 em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2012, a Companhia realizou, em 31 de julho de 2012, o pagamento de R\$ 11.322 (R\$ 9.702, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) a título de juros sobre o capital próprio.

Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio complementares no montante de R\$ 2.460 (R\$ 2.116, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) os quais foram pagos em 31 de janeiro de 2013, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 02 de janeiro de 2013, inclusive.

Seguindo sua política de distribuição sistemática de proventos aos seus acionistas, a Companhia creditou juros sobre capital próprio semestrais, no montante de R\$ 7.969 (R\$ 6.829, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), aos acionistas que, em 28 de dezembro de 2012, estavam inscritos nos registros da Companhia como titulares das ações de sua emissão, sendo que o pagamento foi realizado em 31 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-- Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95--Continuação

Em 30 de junho de 2013, a Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.892 (R\$ 11.322 em 30 de junho de 2012) em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa. O pagamento foi efetuado no dia 31 de julho de 2013, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2013, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 01 de julho de 2013, inclusive.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

23. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	30/09/2013	30/09/2012
Lucro líquido do período (em milhares de Reais)	77.810	65.201
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.606	88.552
Lucro básico por ação – R\$	0,88	0,74

Notas Explicativas

23. Lucro por ação -- Continuação

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	30/09/2013	30/09/2012
Lucro líquido do período (em milhares de Reais)	77.810	65.201
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.606	88.552
Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	791	154
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	89.397	88.706
Lucro diluído por ação – R\$	0,87	0,73

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	742.575	650.074	854.973	751.761
Mercado externo	41.810	26.496	45.732	29.919
Devolução de vendas	(29.175)	(18.064)	(36.678)	(27.719)
Impostos sobre vendas	(123.474)	(118.186)	(158.678)	(146.477)
Receita operacional líquida	631.736	540.320	705.349	607.484

Notas Explicativas

25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman) e canais (franquias, multimarca e lojas próprias) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Receita bruta	900.705	781.680
Arezzo - mercado interno	523.936	473.681
Schutz - mercado interno	296.087	244.317
Outros	34.950	33.763
Mercado externo	45.732	29.919

Canal	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Receita bruta	900.705	781.680
Franquias	418.981	360.480
Multimarca	230.386	212.939
Lojas próprias	199.627	167.668
Outros	5.979	10.674
Mercado externo	45.732	29.919

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 30 de setembro de 2013, 5 % da receita bruta.

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5 % das vendas no mercado interno e externo.

Notas Explicativas

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(399.800)	(342.074)	(393.779)	(343.327)
Despesas comerciais	(69.489)	(66.409)	(148.211)	(126.532)
Despesas administrativas e gerais	(52.707)	(41.742)	(55.917)	(43.571)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.197	(7.572)	651	(7.305)
	(520.799)	(457.797)	(597.256)	(520.735)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(3.730)	(2.543)	(7.777)	(5.209)
Despesas com pessoal	(54.958)	(45.612)	(92.798)	(84.292)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(401.728)	(345.043)	(395.707)	(346.296)
Fretes	(12.787)	(10.829)	(14.884)	(12.635)
Outras despesas operacionais	(47.596)	(53.770)	(86.090)	(72.303)
	(520.799)	(457.797)	(597.256)	(520.735)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

	Consolidado			
	30/09/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	10.748	10.748	11.518	11.518
Aplicações financeiras	189.054	189.054	190.656	190.656
Clientes e outras contas a receber	259.172	259.172	221.572	221.572
Empréstimos e financiamentos	109.042	109.042	94.084	94.084
Fornecedores e outras contas a pagar	75.412	75.412	40.816	40.816

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

a) Valor justo--Continuação

Em 30 de setembro de 2013, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo	Custo amortizado
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.748
Clientes e outras contas a receber	-	259.172
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	189.054	-
Passivos		
Empréstimos e financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	109.042
Outros passivos financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	-	75.412

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e equivalentes de caixa, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

a) Valor justo--Continuação

a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase as totalidades de suas exportações possuem financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Contas a receber	36.727	25.135
Empréstimos e financiamentos	(36.409)	(27.057)
Fornecedores	(73)	(1.523)
Exposição líquida	245	(3.445)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de setembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

Notas Explicativas**27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--**
Continuação**b) Exposição a riscos cambiais--Continuação**

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	36.727	45.909	55.091
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(36.409)	(45.511)	(54.614)
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(73)	(91)	(110)
Apreciação da Taxa em			25%	50%
Referência para Taxa de Câmbio				
Dólar		2,23	2,79	3,35
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		61	123

Em outubro de 2012, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$ 3.650 mil com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira, sendo o vencimento em 06 de outubro de 2014.

	30/09/2013	31/12/2012
	USD (mil)	USD (mil)
Forward – Compromisso de Venda	1.788	3.025

Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	30/09/2013	31/12/2012
Valor a (pagar) receber decorrente do resultado (valor justo)	(179)	14
<u>Demonstração do resultado</u>	30/09/2013	30/09/2012
Perda reconhecida no resultado financeiro	193	-

O valor justo dos derivativos foi calculado com base em cotações oficiais de dólar futuro, tomou-se como referência a cotação do primeiro dólar futuro antes e depois do vencimento do derivativo na data do fechamento do exercício. A partir destes dados, calculou-se a média ponderada das taxas futuras para estimar-se o valor justo da operação no encerramento de cada período.

Notas Explicativas**27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--**
Continuaçãoc) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 30 de setembro de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	30/09/2013	%
Juros fixos	30.402	27,9%
Juros com base na TJLP e Libor	78.640	72,1%
	109.042	100,0%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de setembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 30 de setembro de 2013, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos – TJLP	R\$	1.550	1.938	2.326
Financiamentos – Libor	R\$	176	219	262
		1.727	2.157	2.588
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
Libor		0,37%	0,46%	0,55%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

d) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha, e em aplicações de curto prazo, com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia utiliza ACCs e NDFs como os principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das vendas de mercadorias para o mercado externo.

Parte destes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do período, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso do dólar, e de acordo com cada mercado onde a Companhia está exposta.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

A Companhia não possui instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

e) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	72.783	42.762	2.656	118.201

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

Notas Explicativas**27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--
Continuação**g) Gestão de capital--Continuação

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	1.975	1.014	1.998	1.020
Rendimento de aplicações financeiras	10.259	11.555	11.403	11.564
Outras receitas	1.338	1.632	1.489	1.548
	13.572	14.201	14.890	14.132
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(1.206)	(1.322)	(1.394)	(1.506)
Juros sobre financiamentos	(1.910)	(1.439)	(3.588)	(1.480)
Taxa de administração de cartão de crédito	(64)	(190)	(3.366)	(2.930)
Despesas com custas cartoriais	(355)	(770)	(355)	(770)
Outras despesas	(630)	(1.495)	(909)	(2.230)
	(4.165)	(5.216)	(9.612)	(8.916)
Variação cambial, líquida:				
Ativa	2.679	1.076	2.177	1.099
Passiva	(3.079)	(1.170)	(3.068)	(1.444)
	(400)	(94)	(891)	(345)
Total	9.007	8.891	4.387	4.871

Notas Explicativas**29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Despesa com rescisão	-	(8.000)	-	(8.000)
Plano de opção de ações	(2.085)	-	(2.085)	-
Taxa de franquia	2.005	885	2.005	885
Recuperação de despesas	19	50	30	57
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	(19)	-	(576)	-
Outras receitas (despesas)	1.277	(507)	1.277	(247)
	1.197	(7.572)	651	(7.305)

- (i) Em 21 de janeiro de 2012, a Companhia rescindiu o contrato com a Star Export Assessoria e Exportação Ltda., que prestava serviços de assistência e assessoramento técnico para o agenciamento e fiscalização das fábricas e ateliers independentes contratados para confecção de determinados produtos. No âmbito de referida rescisão, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 8.000. Nesta mesma data, a Companhia celebrou contrato com outra empresa, de igual capacitação técnica, com a mesma natureza de serviço e com condições comerciais diferenciadas, buscando reduzir seus custos operacionais relacionados a tal prestação de serviço, com a manutenção da mesma qualidade de serviços atualmente prestados.

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 30/09/2013 (Consolidado)
Até um ano	17.844
Acima de um ano e até cinco anos	34.304

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$ 2.074 (R\$ 1.372 em 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Notas Explicativas

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas--Continuação

Em 30 de setembro de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 15.259 (R\$ 12.346 em 30 de setembro de 2012). O saldo da conta “Aluguéis a pagar” é de R\$ 1.612 (R\$ 2.486 em 31 de dezembro de 2012).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

31. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia incorporou as controladas ZZAF, Allmaness, Schutz Shoes e Shoes for U (Nota 1 – Reestruturação societária).

Os saldos incorporados representam transações que não envolvem caixa e estão assim representados:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u> <u>01/02/2012</u>
Ativo	
Aplicações financeiras	125
Contas a receber	577
Estoques	3.343
Impostos a recuperar	623
Outros valores a receber	111
Partes relacionadas	122
Imobilizado líquido	731
Intangível	7
Passivo	
Fornecedores	246
Obrigações fiscais e sociais	26
Obrigações trabalhistas	348
Outras contas a pagar	40
Partes relacionadas	507
Provisões para Riscos	104

Notas Explicativas

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	113.686
	Responsabilidade civil	10.000

33. Plano de opção de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II. Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Notas Explicativas

33. Plano de opção de ações--Continuação

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

1ª Outorga – junho de 2012:

Em 11 e 13 de junho de 2012, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 20,856948048 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2012 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos, resultando na seguinte composição para o Plano de Opções considerando os prazos de carência para o exercício das opções.

2ª Outorga – junho de 2013:

Em 11 de junho de 2013, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 27,613453786 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Notas Explicativas

33. Plano de opção de ações--Continuação

Em julho de 2013 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos, resultando na seguinte composição para o Plano de Opções considerando os prazos de carência para o exercício das opções.

Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	
	1ª Outorga	2ª Outorga
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.538
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.456
Total	263.983	655.450

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia apurou o montante de R\$ 2.426 (R\$ 426 em 30 de setembro de 2012) referente a despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para a outorga de 2013, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial. Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

Notas Explicativas**33. Plano de opção de ações--Continuação**

Lote	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013	
	I	II	I	II
Quantidade de ações				
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572
Preço de exercício – (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61
Valor justo por opção – (R\$)				
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72
Dividendos esperados (" <i>Dividend yield</i> ")	-	-	4,85%	4,85%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%
Taxa de juro livre de risco				
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%
Período esperado até o vencimento – (dias corridos)				
1º Vencimento	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095

34. Subvenções GovernamentaisCrédito presumido de ICMS

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto 50.066, publicado em 14 de fevereiro de 2013, altera a concessão da desoneração tributária com crédito presumido no período de 1º de fevereiro a 31 de maio de 2013, aos estabelecimentos fabricantes de calçados ou de artefatos de couro nas saídas interestaduais decorrentes de vendas, de produção própria, em montante igual ao que resultar da aplicação, sobre o valor do ICMS devido na operação.

A Companhia, através da sua controladora, firmou em 27 de fevereiro de 2013 com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, termo de acordo para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS. O prazo da concessão se estende até 31 de maio de 2014.

O benefício fiscal usufruído até 30 de setembro de 2013 foi de R\$ 9.735. Este montante foi registrado no resultado do período, reduzindo as despesas relacionadas de impostos sobre vendas, conforme disposto o CPC 07 (IAS 20) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Arezzo Indústria e Comércio S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Arezzo Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/MG

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC RS-067795/O-5